



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

A desactualização das leis impede o desenvolvimento de Macau

Há dias, durante o debate das Linhas de Acção Governativa da área dos Transportes e Obras Públicas, o Director dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) referiu que o diploma sobre a construção urbana, elaborado em português, se encontrava em vigor há muitos anos (o Regulamento Geral da Construção Urbana foi promulgado em 1963 pelo Diploma Legislativo n.º 1600) e ainda não tinha sido localizado. Como a tradução informal em chinês do diploma é obscura, há divergência entre os arquitectos e o Governo sobre determinados artigos, o que atrasa o processo de autorização das plantas e constitui uma das causas da morosidade das obras.

A desactualização das leis não só implica gastar mais tempo nas obras, como também resulta em avultado desperdício dos recursos do Governo e em buraco negro da corrupção. É exemplo disso a Lei das aquisições (Regime das despesas com obras e aquisição de bens e serviços), vigente há mais de 30 anos. Além disso, apesar do desenvolvimento da sociedade, as dificuldades dos grupos mais vulneráveis são frequentemente negligenciadas. Nos últimos dez anos, o número dos alunos do ensino especial tem vindo a aumentar, deixando o Regime educativo especial, em vigor há 20 anos,

1/3



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

incapaz de responder à situação actual. Mais, olhando para o futuro, Macau pretende tornar-se uma cidade inteligente e cooperar, enquanto membro da Grande Baía, com as regiões vizinhas. Assim, no âmbito do governo electrónico e da interligação e reconhecimento dos dados, como é que o suporte jurídico deve ser actualizado, no sentido de acompanhar a conjuntura da nova era?

A desactualização das leis parece, numa primeira análise, dizer respeito apenas à redacção dos artigos, mas na verdade tem um grande impacto nos interesses da população e impede, significativamente, a produtividade, a capacidade de resposta a imprevistos e o ritmo de desenvolvimento do Governo e da sociedade. O impacto é tão premente que o Governo tem de encarar o problema e fazer uma avaliação geral dos diplomas legais desactualizados, realizando revisões atempadas, em vez de se manter na mesma, “só se mexe quando é pontapeado”.

Na verdade, o Governo chegou a ter um plano. Há 10 anos, a Secretaria para a Administração e Justiça dirigiu o Programa da Reforma da Administração Pública, do qual constavam projectos de reforma e avaliação para várias leis. Porém, o programa não chegou ao fim. Este ano, o Despacho n.º 75/2017 do Chefe do Executivo mandou criar a Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública, mas não fez nenhuma menção àquele programa, como se nunca tivesse existido.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assim sendo, face ao exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Qual é o ponto de situação da localização da legislação? Quantos diplomas ainda não têm tradução oficial em língua chinesa? Ainda é necessário quanto tempo para concluir, praticamente, a localização da legislação?
2. A fim de resolver a desatualização das leis, como é que a Secretaria para a Administração e Justiça vai garantir o acompanhamento por parte dos serviços da sua tutela? Vai tomar como referência a prática tradicional, realizando uma fiscalização e avaliações periódicas de andamento e resultados?

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Lam lok Fong

15 de Dezembro de 2017

3/3

IE-2017-12-15-Lam lok Fong (P) LG-MMC